

A dimensão investigativa no exercício profissional[§]

Yolanda Guerra*
yguerra1@terra.com.br

Introdução

A formação profissional dos assistentes sociais brasileiros desde meados da década de 90 dispõe de um projeto pedagógico que contempla um conjunto de valores e diretrizes que dão a direção estratégica e contempla um determinado perfil de profissional. Como resultado das transformações sociais que se traduzem nas particularidades da profissão bem como do investimento feito pelas entidades da categoria, no sentido da formação de uma massa crítica, o referido projeto estabelece “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997: 61). O perfil de profissional que nele se delineia prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos. Netto assim o define: “intelectual que habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (1996: 125-26). Este perfil de profissional, dentre outras exigências, determina a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sócio-cêntricos adequados ao *ethos* do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional. Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica.

♣ Texto exclusivamente preparado para o Curso de Capacitação Continuada para assistentes sociais “Direitos Sociais e Competências Profissionais. ABEPSS/CFESS, Brasília-DF, 2009.

* Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (BR), professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BR), autora do livro “A Instrumentalidade do Serviço Social”, Ed. Cortez, 1995 e de artigos publicados em revistas especializadas. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade - NEFSSC e da Pesquisa: “Fundamentos do trabalho profissional na contemporaneidade: crise capitalista e suas expressões na cultura profissional” da UFRJ- Brasil – Pesquisadora do CNPq.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto à uma intervenção profissional qualificada quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação strito sensu. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do recorrente viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão da mesma nos últimos anos e um também significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista.

O objetivo deste texto é demonstrar que a pesquisa garante o *estatuto de maioria intelectual* para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento, nos permite conectarmos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora – pré-condição para a construção de novas legitimidades profissionais.

Com base na natureza interventiva da profissão e do valor do conhecimento para ela, discute-se neste artigo as modalidades, níveis e graus de abrangência do conhecimento. Considera-se a investigação e a intervenção elementos que, embora de naturezas distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, claramente expresso nas competências/atribuições profissionais. Do mesmo modo, afirma-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do trabalho do assistente social, vislumbra-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita.

Natureza interventiva e o significado do conhecimento

Partindo do suposto de que o significado que o trabalho profissional do assistente social adquire no processo de produção e reprodução das relações sociais só pode ser interpretado e compreendido na relação entre as necessidades das classes sociais que polarizam sua intervenção, os distintos sujeitos sociais e os interesses antagônicos que o demandam, os espaços ocupacionais, as competências e atribuições profissionais, cabe situar a importância da produção de conhecimento para o Serviço Social. A profissão ao longo dos seus 70 anos vem buscando definir claramente e consolidar suas atribuições e competências, as quais encontram-se, desde 1962, reconhecidas e regulamentadas (ainda que sua primeira formulação tenha sido em 1957). O cumprimento das mesmas, segundo a lei 8662/93 exige do assistente social tornar a pesquisa um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, como pré-condição do exercício profissional competente e qualificado.

Assim é que no cumprimento das atribuições e competências sócio-profissionais há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar e

executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a *natureza investigativa das competências profissionais*. Mais do que uma postura, o *caráter investigativo* é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais.

Para atender as competências profissionais ressalta-se as possibilidades da pesquisa tendo em vista, de um lado, a apreensão das reais condições de trabalho dos assistentes sociais como elemento fundamental para o exercício profissional qualificado, visando alcançar os objetivos e metas pretendidos e, de outro, a apropriação dos objetos de intervenção – as diversas seqüelas que a exploração da força de trabalho no capitalismo causa na vida da classe trabalhadora – suas condições de vida e formas de enfrentamento. Aqui, há que se considerar a profissão no contexto de reprodução da sociedade capitalista, seus fundamentos, modos de ser e de se reproduzir. O pressuposto é o de que a profissão e seus objetos só se explicam em relação e a partir destas relações. Nesta sociedade, as seqüelas da relação de exploração de uma classe sobre a outra recebe a denominação de “questão social”. Não obstante, resultado da exploração do capital sobre o trabalho, a questão social é decorrência da luta de classes: “mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra” (Netto, 2001: 43). Foi a partir dos protestos, dos conflitos e da possibilidade de “eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão Social”” (Netto, idem).

Por esta razão, a chamada “questão social”, se não considerada à luz de seus fundamentos constitutivos, da lógica que a gerou (a acumulação capitalista), mais obscurece a realidade do que a explica. Ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Assim, entendemos que a clareza de como concebemos a “questão social”: a partir de que pressupostos teóricos? Que concepção temos de suas expressões: tais como desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), que valores orientam tais concepções? Todas estas mediações incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais.

Aqui interessa-nos chamar a atenção para a possibilidade contida nas competências e habilidades de “compreender o significado da profissão”, para o redimensionamento dos espaços profissionais, das demandas e respostas, do que depende, essencialmente, mas não exclusivamente, da escolha dos aportes teórico-metodológicos aliada à capacidade política de estabelecer estratégias sócio-profissionais adequadas. Explicita-se, então, a dimensão investigativa da prática como constitutiva do exercício profissional bem como *se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa de grande parte das competências profissionais*. Na relação dialética entre investigar e intervir, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, os conhecimentos teórico-metodológicos, os saberes

interventivos e procedimentais (Santos, 2006) constituem-se componentes fundamentais.

A pesquisa da realidade: conhecer e intervir

A necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados.

Como uma mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico (relativo a um tempo e espaço sócio-cultural e historicamente determinado).

Por conhecimento estamos concebendo o processo de elucidação da realidade. Diz Luckesi “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (1994:122).

A atitude imediata dos homens sobre o cotidiano é a de um sujeito social que exerce sua atividade tendo em vista o alcance de fins a partir de um conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade se nos apresenta como campo no qual se exercita a intervenção prático-material. Deste campo deriva-se a intuição e o saber imediato. Diz Kosik:

“No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (1986:10). Porém, geralmente, estas representações na mente do sujeito social derivadas imediatamente do aspecto fenomênico da realidade, divergem da lógica constitutiva do objeto, da sua estrutura, do seu núcleo essencial.

Compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo.

Neste âmbito, podemos dizer que há níveis e graus de conhecimento: oriundo da intuição, oriundo do entendimento e oriundo da razão crítico-dialética (como o nível mais alto do conhecimento), que se constituem em momentos distintos, porém complementares.

Todo conhecimento se inicia pelos órgãos dos sentidos (intuição). O empirismo restrito limita o conhecimento a este seu nível preliminar e estabelece a máxima de que *só se aprende a fazer fazendo*. O conhecimento pode partir do senso comum, mas tem que ir além dele. Há que se incorporar este conhecimento, porém, analisá-lo criticamente, negá-lo (o que significa dizer que há mais coisas sobre o objeto do que estamos supondo) e elevá-lo a um novo patamar, o que significa agregar conhecimentos novos, às vezes abrir mão de velhos preconceitos. A nova síntese permite que o processo se renove através de novo questionamento, cujo resultado tende a ser o aprofundamento do conhecimento sobre o objeto estudado.

O conhecimento proveniente do intelecto (formal-abstrato) implica na aceitação passiva de informações que nos chegam à experiência pelo cotidiano, pela necessidade de sobrevivência, de reprodução da existência. A este nível do conhecimento chamaremos de “entendimento”. O entendimento se localiza no nível dos fenômenos, da empiria, da epiderme do real. É um processo de reconhecimento que se traduz em imagens que são representações expressas na aparência do real. Ele possibilita distinguir as coisas, determiná-las, compará-las, classificá-las a partir da sua imagem, da aparência, da forma. Para tanto, os sujeitos acionam o intelecto. Assim, “o entendimento é posto como um modo operativo da razão, que não critica os conteúdos dos materiais sobre que incide” (Netto, 1994:29). Aqui, o conhecimento se limita à função de expressar a realidade tal como ela aparece empiricamente. Em outras palavras: o conhecimento se restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência.

Nesse nível predomina a racionalidade formal-abstrata. Esta, porque realiza suas operações de análise e síntese sobre as bases da positividade do mundo, “esgota-se e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo” (Netto, idem) . Deste procedimento derivam-se posturas epistemologistas e metodologistas.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a re-figuração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (Marx, 1983: 219). Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento.

Intuitivamente, estamos sempre investigando. Toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empiria. A pesquisa parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração. Mas nem toda investigação pode ser considerada uma pesquisa científica e nem todo conhecimento é teórico.

Diz Marx que a apropriação teórica se dá de um “modo que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião e no espírito prático” (1983: 219). Cada modalidade do conhecimento nos permite uma forma de apropriação do mundo. A mais elementar é a apropriação através do espírito prático, manipulador, realizado no e pelo cotidiano pelo entendimento. A apreensão do real pela teoria é

diferente da sua apreensão pela arte, religião, pela prática. Vê-se que o conhecimento teórico é apenas um tipo de conhecimento entre outros, mas, sobretudo, tende a ser o mais universal e mais completo, uma vez que ele busca captar e reproduzir o real por meio do pensamento. Assim, a teoria é uma forma de apropriação do mundo. O conhecimento dado pelo espírito prático, obtido nas intervenções profissionais é o conhecimento que advém da experiência e que permite a manipulação do mundo. Ambos (conhecimento teórico e conhecimento prático) são modos de a consciência se apropriar do mundo. Mas, são conhecimentos de naturezas, de significados e estatutos diferentes.

A pesquisa, na qual se faz necessário o “mergulho na realidade social” (Iamamoto, 1998: 55) é, portanto, um processo sistemático de ações visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental.

Para bem conhecer é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência. A pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada com mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimentos que são procedimentais (sobre a necessidade dos mesmos no exercício profissional ver Santos, 2006). Nosso ranço empiricista nos leva muitas vezes a identificar elaboração teórica com sistematização da prática. Afirmamos que ambas são importantes, mas sua distinção deve ser feita, em nome do rigor teórico-metodológico.

A sistematização de dados é, sem dúvida, um passo preliminar e necessário, um momento do processo do conhecimento. Os procedimentos de sistematização que se realizam sobre o material empírico são da maior relevância para a construção teórica (para o momento de síntese que se dá como reprodução do movimento da realidade no pensamento do sujeito). Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância (sobre isso ver Netto, 1989: 151). O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração do projeto de intervenção e as lacunas no nosso conhecimento para resolvermos determinados problemas. Nele, os procedimentos do entendimento são não apenas suficientes, mas adequados. Aqui, a investigação da realidade se situa como exigência do exercício profissional. É importante notar que a suposta teorização do Serviço Social (formulação de uma história e de uma metodologia próprias) foi conduzida pela identificação entre sistematização e elaboração teórica.

A busca da dialética da própria coisa

Foi dito que antes de iniciarmos qualquer investigação deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na

aparência, na representação imediata da realidade. Há algo que explica a realidade, sua lógica imanente, que não se apresenta na sua forma de manifestação. A parte conhecida nem representa o todo nem se mostra de imediato, de modo que as representações que daí derivam devem ser negadas e analisadas à luz de um conhecimento superior (teórico), agora, enriquecidas pelas mediações apreendidas no processo.

“Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (Kosik, 1986: 12).

Ao ser apreendida como processo de totalização e interpretada numa perspectiva de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente: como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes. Tomando como exemplo uma instituição (e/ou organização) – lócus de trabalho profissional, como a totalidade mais ampla e complexa, as suas partes: organograma, hierarquia, regulamentos, metas, missão, projetos, recursos, cultura, são totalidades de menor poder explicativo. Nesta concepção não há partes, mas totalidades parciais. Não há todo (instituição), que se encerra em si, mas totalidades em processo (instituição cujas forças sociais e políticas se renovam permanentemente) e que só se explicam em relação (com as totalidades parciais que a compõe).

Outro procedimento importante é a decomposição/recomposição da totalidade. No primeiro movimento (decomposição) se conhece as totalidades parciais de uma totalidade mais ampla (instituição) e as relações entre elas; já no segundo (recomposição), percebe-se como as primeiras se vinculam, seus nexos e como estas articulações atribuem particularidades à esta totalidade mais ampla e complexa (instituição). Este movimento é realizado no e pelo pensamento do sujeito. Este reproduz mentalmente o movimento de decomposição/recomposição do objeto (neste caso, a instituição) e, ao fazê-lo, a consciência se esforça para interpretar e compreender o modo de ser da instituição, o contexto historicamente determinado no qual se situa, de que elementos ela se compõe, quais são eles e como se comunicam, que relações estabelecem, que elementos imperam, que forças se confrontam e subsumem as demais. O conhecimento converte o todo caótico (a instituição apresentada na sua imediatez) em concreto pensado.

Assim, as totalidades parciais (componentes da instituição) se relacionam com a totalidade mais complexa: a instituição, que ao mesmo tempo é totalidade parcial (quando analisada inserida no contexto das instituições capitalistas, cuja explicação deve ser buscada na lógica que estrutura este modo de produção e reprodução da vida social) e é totalidade mais complexa, quando apreendida através dos elementos que a constituem: organograma, hierarquia, regulamentos, metas, missão, projetos, recursos, etc., posto que ela só se explica na inter-relação dos seus elementos constitutivos, no movimento dialético e através das mediações que se estabelecem entre eles. Assim, ainda que cada uma das

totalidades parciais da instituição seja complexa e exija um esforço especial, ainda que cada uma delas permita lançar luzes sobre algum aspecto da realidade institucional, o significado de cada uma delas é sempre menor do que o que é apreendido da relação entre elas. Também, o conhecimento de uma das totalidades parciais: do organograma, por exemplo, permite que se interprete apenas o aspecto formal da instituição, um aspecto posto na sua aparência, já que as relações de poder que constam no organograma não expressam as relações reais que se estabelecem no cotidiano da instituição. Tampouco a aparência das relações de poder coincide com a essência das mesmas, de modo que, investigar a realidade institucional significa assumir uma atitude crítica que se pergunta sobre: - o que há para além disso?

A ação do sujeito social sobre uma realidade (instituição, por ex.) tende a selecionar alguns momentos da realidade que são considerados essenciais. O sujeito separa o essencial do acessório (secundário), para atingir determinados objetivos. Aqui o pensamento do sujeito faz recortes na realidade, se debruça sobre ela, a estuda, a avalia, arrisca-se a explicá-la através de conceitos que conhece, busca novos conceitos para tal, e organiza respostas à realidade com base nos estudos realizados. Não obstante, no nosso dia a dia estamos sempre trabalhando com totalidades, mais ou menos amplas e complexas. Em toda realidade social manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular.

Totalidade indica, pois, que as três dimensões que compõe uma realidade: universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se auto-implicam e se auto-explicam e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las.

"A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta em uma situação dada. E é a estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade" (Konder, 1983: 37).

A ciência visa à descoberta do universal que tem que ser concebido como a universalidade de singulares, (uma totalidade complexa composta de totalidades parciais: singulares) e como tal, sua manifestação é sempre um particular. Do mesmo modo, os fenômenos singulares (a instituição) são sempre singularidades de um universal (instituições próprias do modo de produção/reprodução capitalista) e, por isso, não se manifestam em si mesmos, mas no particular. Ainda que a análise tenha partido de uma realidade singular, uma determinada instituição vista de maneira imediata, como espaço de intervenção profissional, na sua essência ela é muito mais do que isso: descobrir sua funcionalidade ao capitalismo (como modo de produção e reprodução da vida social) exige que se alcance a dimensão *mediata* da instituição (aquela que o pensamento vai descobrindo por aproximações sucessivas, construindo e reconstruindo). A instituição é mediatizada por vários fatos e processos, necessidades e interesses, valores e princípios, projetos profissionais e de sociedade (que não se expressam na sua aparência) através dos quais podemos nos conduzir à busca da essência. É pela via das mediações objetivas e subjetivas que refazemos o caminho para a

apreensão da totalidade (o que, linhas atrás, foi chamado de recomposição da totalidade).

Toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade (Konder,1983:49). É no confronto destas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc.) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. O que é importante citar é que deste movimento dialético, dado pelos vetores negativos que entram em contradição, a realidade se coloca tanto como possibilidades quanto como restrição de possibilidades.

Assim, numa leitura crítico-dialética das instituições vemos que elas não se constituem como blocos monolíticos, mas ao contrário, são constitutivas e constituintes da contradição. Nelas, dadas às diferenças e divergências quanto aos interesses, metas, objetivos, direção política e formas de encaminhar as soluções aos problemas (ou seja, de dar respostas às demandas), se explicita claramente (às vezes aos profissionais, em outras também aos usuários) a dimensão política da profissão, dimensão esta pela qual a profissão pretende uma mudança na forma e no conteúdo do poder vigente, seja na instituição, na sua relação com o usuário, na estrutura da sociedade capitalista ou em todos estes níveis.

A realidade também carrega elementos novos e velhos. O passado convive com o presente e aponta tendência para o futuro. Cabe ao pesquisador perceber quais os elementos que pesam mais na realidade estudada, o que predomina naquele momento histórico analisado: se as tendências do novo ou do velho. Nesta luta dialética entre os opostos, a síntese final expressa uma subsunção de um sobre o outro. Mas esta síntese é sempre provisória, histórica, daí que o conhecimento é aproximativo e historicamente situado.

Nesta rápida indicação das possibilidades de desvelamento da realidade institucional, pela via da pesquisa, vemos que, como um foco de luz que a consciência projeta sobre a realidade, o conhecimento surge de necessidades e implica numa atividade, num “por-se em condições” de captar adequadamente o conjunto de informações que consideramos relevantes aos nossos interesses e objetivos, de escolher determinadas respostas, de organizar e hierarquizar as respostas, de utilizá-las para nossas atividades ou projetos (pessoais ou profissionais). O conhecimento se constrói a partir de necessidades e interesses mediante um esforço de escolha e organização. Pressupõe acumulação de informações, através das quais a nova situação é avaliada e contraposta às experiências passadas, com elementos da situação presente e com uma *antevisão do futuro*. Não apenas a situação concreta, mas também as possíveis alternativas de respostas são avaliadas e uma dentre elas é escolhida, visando resolver/interpretar a situação vigente, de modo que o conhecimento, no seu nível mais elevado, que é derivado da razão crítico-dialético, deve permitir tanto analisar e operar sobre o existente quanto reconhecer as tendências do movimento, “o vir a ser” dos processos sociais.

Daí entendermos que a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo,

no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a *elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita*.

Mas, mais do que isso: a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos, estas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o *estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional*.

O assistente social lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que a ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da sua intervenção na realidade, das investigações que realiza visando responder a esta realidade. Mas é possível também conhecer através das experiências indiretas através do que já foi produzido por outras pesquisas e/ou teoricamente. Também aqui, para o assistente social se exige um investimento na investigação, posto que, ao testar o conhecimento derivado indiretamente tem-se como resultado uma avaliação sobre o mesmo.

Quando realizamos entrevistas estamos exercitando a dimensão investigativa da profissão, por meio de informações extraídas diretamente da realidade, mas a sua preparação, em grande medida, dependeu de conhecimentos indiretos sobre vários temas que nos habilitaram a realizá-la. Na realização de estudo social, laudos, pareceres, buscamos informações nos documentos da instituição, na vizinhança e/ou no trabalho sobre algum sujeito/situação social. Estes são momentos nos quais estamos exercitando nossa dimensão investigativa.

O conhecimento indireto é aquele obtido na bibliografia, nas pesquisas já existentes sobre o objeto. Este conhecimento é uma mediação que se interpõe entre o sujeito e a realidade a ser conhecida. Ele é testado: validado ou não na realidade. Daí que a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo. A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva e a qualidade de uma implica na plena realização da outra.

Rumo à consolidação da maioria acadêmica e profissional

No Brasil, como resultado da pesquisa científica e do seu reconhecimento pelas agências de fomento como área de produção do conhecimento, desde o

final dos anos 80 da década passada, temos uma produção científica e bibliográfica própria, expandida cada vez mais para outros países da América Latina, por eles reconhecida não apenas pela sua qualidade, mas pelo seu vetor radicalmente crítico da ordem social, que vem estabelecendo diálogo com importantes teóricos e intelectuais do país e fora dele. Se foi a recorrência às Ciências Sociais e à tradição marxista que possibilitou os avanços da pesquisa e da produção do conhecimento na área, coube à esta última fertilizar todas as polêmicas relevante: das questões pertinentes à natureza e significado da profissão e de suas técnicas, às questões sobre o Estado, o significado das políticas sociais, o papel dos movimentos sociais e sua organização, os processos de efetivação da democracia e da cidadania (entre outros). Além disso, a recorrência ao referencial marxista contribui com a própria valorização da pesquisa para a profissão (seus influxos são claros no atual projeto de formação profissional), credenciando seus intelectuais como interlocutores qualificados, cuja contribuição se espraia para várias áreas de conhecimento.

Ao longo de pouco mais que 20 anos de existência, a pesquisa no Serviço Social vem enfrentando dificuldades de monta, as quais fogem aos objetivos deste artigo. Não obstante, vemos que ela detém todas as possibilidades que a habilitam a alcançar sua maturidade intelectual, já que seu debate vem sendo balizado por dois princípios que lhe dão a direção: rigor teórico-metodológico e pluralismo.

Registra-se, também, que na sua trajetória, o exercício sistemático da pesquisa científica expresso nas produções mais significativas da área e o seu reconhecimento pela comunidade acadêmica e profissional têm demonstrado a atualidade e fecundidade da tradição marxista na apreensão das transformações em curso. Disto deriva algo extremamente relevante que nem sempre se evidencia no debate da categoria: se não se separa referencial teórico-analítico de estratégias sócio-políticas e profissionais, a legitimidade da direção estratégica é inquestionável, posto que a recorrência da nossa e de outras categorias profissionais pelas análises macroscópicas e totalizadoras oriundas do referencial marxiano é notável.

Temos visto que pesquisa crítica e criativa faculta-nos enriquecer os elementos da cultura profissional: princípios, valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades, instrumental técnico-operativo, estratégias e posturas, com novas determinações. Aqui se coloca um dos desafios da formação profissional: criar uma cultura profissional que valorize a dimensão investigativa.

Quanto às exigências imediatas, a pesquisa do mercado de trabalho permite a análise crítica sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, sobre as demandas liberais/conservadoras que lhe chegam, sobre as competências e respostas profissionais, visando a construção de maneiras alternativas de responder a elas.

Aqui se coloca a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições; supera a mera aparência, porque questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer, eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão.

Se nosso objetivo foi alcançado, fica claro que a pesquisa possibilita desenvolver competências profissionais em três níveis.

No âmbito das nossas competências teórico-metodológicas, através da pesquisa sólida e rigorosa, desenvolve-se a capacidade de o assistente social compreender seu papel profissional no contexto das relações sociais, como foi dito, numa perspectiva de totalidade social.

No âmbito das nossas competências políticas: a pesquisa permite que se apreenda a sociedade como um espaço de contradições, os interesses sociais e econômicos subjacentes aos projetos societários, partidário e profissionais. Ela indica os protagonistas da cena política, suas articulações e alianças e possibilita identificar aliados. Do mesmo modo, permite compreender o significado social e político das demandas e respostas profissionais. E não nos permite descuidar do estabelecimento de estratégias sócio-políticas e profissionais.

Por fim, mas não menos importante, no nível das competências técnico-operativas, a pesquisa desenvolve nossa capacidade de investigar as instituições, seus usuários, os recursos institucionais, as agências financiadoras, o orçamento. Permite preparar respostas qualificadas às demandas institucionais, organizacionais ou dos movimentos sociais, vislumbradas no projeto de intervenção profissional. Pela via da pesquisa é facultado ao profissional formular resposta que não apenas atendam às demandas, mas que, compreendendo o conteúdo político das mesmas e o contemplando, ele possa reconstruí-las criticamente.

O resultado é a sua legitimidade junto às classes subalternizadas.

Aqui se colocam dois desafios à profissão: 1) investir na pesquisa qualificada que responda às requisições dos sujeitos coletivos que demandam a profissão (e não apenas as do mercado de trabalho) cujo resultado seja o investimento na organização de tais setores. Neste âmbito, o assistente social pode buscar as mediações e/ou sistemas de mediações capazes de desencadear possibilidades de acesso dos mesmos aos canais institucionais; 2) investir em uma política nacional de pesquisa socialmente comprometida, que trate de aspectos relevantes para a sociedade brasileira, especialmente para a classe trabalhadora e suas formas de organização.

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica.

Assim, há que se colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar.

BIBLIOGRAFIA

- CRESS. *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: Cress 7ª Região, 2000.
- GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. "A força histórico-ontológica e crítico-analítico dos fundamentos". *Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, n. 10, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M. V. "Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade". CFESS. *Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão*, Brasília: CFESS, 2002.
- KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LEI 8662/93 que regulamenta a profissão de assistente social.
- LUCKESI C.C. e PASSOS, E. S. *Introdução à Filosofia - aprendendo a pensar*. São Paulo: Cortez, 2004.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1978.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NETTO, J. P. "Cinco notas a propósito da "questão social"", *Revista Temporalis*, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.
- _____. "Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XVII, abril, 1996.
- _____. "Razão, ontologia e práxis". *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XV, n. 44, abril, 1994.
- SANTOS, C.M. Instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. *Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (original inédito).

Vv. Aa. "A metodologia no Serviço Social". *Cadernos ABESS* n.3, São Paulo: Cortez/ABESS, 1989.

Vv. Aa. "Formação profissional: trajetórias e desafios". *Cadernos ABESS* n. 7, São Paulo: Cortez/ABESS, 1997.